

Ata da Reunião Ordinária do CIAMP Rua Curitiba – 27/03/2026

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de 2026, às 14:15h, na sala de reuniões do Conselho Regional de Psicologia do Paraná, reuniram-se, ordinariamente, os membros do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, onde estavam presentes: Elisangela Stüpp (FAS), Maria Amelia Mendes (SMDH), Erika Ribeiro da Silva (CRP/PR), Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), Ramon M. Passos (PUC/PR), Patrícia Vestergaard Dias (SMS), Alexandre Henrique dos Santos (Reviver), Débora Pradella (DPE-PR/NUCIDH), Paulo Alberto Bastos Jr. (Pastoral Povo da Rua), Amarilis Thomaz Mattei (SMSAN), Adriana Maria Matias (CRESS-PR), Juliano Alves da Silva (SME) e Alexsandro Oliveira de Lima (FAS). A Coordenadora do CIAMP, Elisangela (FAS), deu início à reunião ordinária apresentação da pauta deliberada como pauta permanente na reunião anterior, qual seja:

1. Debate sobre a Portaria Conjunta nº 2 - SMS, FAS, SMDH, de 19 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a atuação das equipes de saúde, de assistência social e demais equipes responsáveis por políticas públicas relacionadas ao cuidado integrado às pessoas com sofrimento psíquico decorrente ou não do uso abusivo de álcool e outras drogas com necessidade de internamento involuntário, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Município de Curitiba (DPE/PR); Em seguida Elisangela indagou aos presentes sobre eventuais pautas para além da pauta permanente. Alexandre (Reviver) propôs discutir sobre denúncias que levaram a possível instauração de uma CPI na Câmara Municipal. Débora (DPE-PR) propôs discutir a ausência reiterada de membros do CIAMP. Elisangela (FAS) propôs discutir sobre como se deu a transição e substituição de participação no comitê da SMDT para SMDH e seus membros, bem como a possibilidade de se aumentar o número de membros do comitê dos atuais 12 para 14 membros, para incluir a SMDT e com isso abrir mais uma vaga para a sociedade civil, com alteração de decreto e portaria que tratam do tema, além de se discutir a possibilidade de iniciar processo de eleição para atualização dos membros da sociedade civil. Iniciando com a pauta “Debate sobre a Portaria Conjunta nº 2/2025”, Elisangela (FAS) fez considerações acerca das informações sobre o quantitativo de pessoas Internadas, com alta médica e em acompanhamento pela FAS, informando que no mês de janeiro havia 19 pessoas internadas, em fevereiro esse número subiu para 22 pessoas e até a presente data 64 pessoas em situação de rua foram internadas involuntariamente, de modo que dessas 64 pessoas, 19 já saíram do internamento por ocasião de alta médica, e que parte dessas 19 pessoas está sendo acompanhada pela FAS, de acordo com o perfil. Na sequência, Elisangela (FAS) explicou que a Portaria Conjunta nº 2/2025 está em processo de revisão pelo grupo de estudo formado pela FAS, SMDH e SMS, e em breve haverá a republicação da portaria, possivelmente contemplando as modificações e apontamentos feitos pelos órgãos do sistema de justiça e sociedade civil organizada. Rodrigo (PUC) solicita que, se possível, os membros do CIAMP tenham acesso à referida portaria, antes que a mesma seja republicada. Elisangela (FAS), disse que verificaria a possibilidade e repassaria as informações aos membros do CIAMP, assim que possível. Rodrigo (PUC) informa que a OAB/PR elaborou nota acerca do tema “Internação Involuntária” e assim que possível irá compartilhar com os membros do CIAMP, de modo a contribuir com a portaria que será republicada em

37 breve. Alexandre (Reviver) questiona sobre o que seria considerado alta, no contexto da internação
38 involuntária, e quais critérios são utilizados para conceder a alta aos pacientes. Elisangela (FAS) explica que
39 se trata de critério médico, e uma vez a pessoa de alta médica, caso aceite atendimento da FAS, será
40 acolhida e acompanhada pelas unidades da FAS, ou ainda caso aceite poderá ser encaminhada para
41 comunidade terapêutica, conforme o caso, além de casos em que ocorre o retorno familiar. Alexandre
42 (Reviver) questiona o número de pessoas que não retornaram para a rua, após a internação involuntária.
43 Erika (CRP) questiona o paradeiro dessas pessoas que recebem a alta médica. Alexandre (Reviver)
44 questiona sobre os dados quantitativos de acompanhamento após a pessoa receber a alta médica,
45 especificamente sobre eventuais encaminhamentos para CAPS, FAS, Comunidade Terapêutica, etc.
46 Elisangela (FAS) explica que os CREAS e Centros Pops fazem os acompanhamentos dessas pessoas em
47 situação de rua que recebem a alta médica. Erika (CRP) questiona se a medida de internação involuntária
48 está sendo efetiva ou não na vida dessas pessoas. Maria Amélia (SMDH) explica que a pessoa em situação
49 de rua perde a referência de convívio social, compartilhou o caso de uma pessoa acompanhada e que em
50 seis meses se reintegrou ao convívio social, um exemplo de caso de sucesso. Erika (CRP) questiona os
51 dados apresentados na última reunião ordinária do CIAMP, dados de janeiro, os quais não condizem com
52 os dados apresentados atualmente. Elisangela (FAS) explica que alguns dados estavam repetidos na
53 planilha apresentada em fevereiro, de modo que ao compilar os dados se verificou a inconsistência, e que
54 os dados corretos são os que estão sendo apresentados nesta reunião. Paulo (Pastoral Povo da Rua)
55 sugere que as informações sobre os quantitativos de pessoas em internamento, com alta médica e em
56 acompanhamento deveriam ser organizadas em forma de Dashboard e repassados aos membros do CIAMP.
57 Elisangela (FAS) avaliou ser possível enviar os dados toda a quinta-feira, via e-mail, aos membros do CIAMP
58 e que na próxima semana, devido ao feriado de páscoa, enviaria os dados na segunda-feira, após receber
59 as informações da Secretaria Municipal de Saúde, e que na medida do possível o secretariado do CIAMP
60 poderia elaborar relatório Dashboard com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e enviar
61 aos membros do CIAMP. Alexandre (Reviver) questiona sobre como está sendo a prestação de contas para
62 a sociedade sobre os internamentos involuntários. Patrícia (SMS) explica que há um comitê de
63 acompanhamento dos casos de internação involuntária. Rodrigo (PUC) propõe que haja representatividade
64 da sociedade civil junto ao comitê de acompanhamento. Paulo (Pastoral Povo da Rua) propõe que membros
65 do CIAMP possam compor o comitê, para que o CIAMP possa ter representatividade no comitê de
66 acompanhamento. Maria Amélia (SMDH) reforça que as pessoas internadas involuntariamente são
67 acompanhadas pela FAS, SMS e SMDH, citou um caso de sucesso (do Luiz), o qual foi acompanhado em
68 todo o processo, sendo completamente reintegrado à sociedade e atualmente está muito bem. Elisangela
69 (FAS) lembra que é um trabalho árduo, mas que é realizado com muita dedicação e profissionalismo por
70 todas as equipes envolvidas no processo. Paulo (Pastoral Povo da Rua) informa que a FIOCRUZ possui
71 diversos materiais informativos sobre o projeto “Trilhas de Cuidado nas Ruas”, sugerindo leitura do material.
72 Próxima pauta trata da ausência dos conselheiros, Elisangela (FAS) assevera que o secretariado do CIAMP

estará organizando os ofícios a serem endereçados às organizações da sociedade civil e secretarias municipais envolvidas, para que atualizem os dados de seus membros, titulares e suplentes, de modo a sanar a ausência de representação nas reuniões do CIAMP. A pauta seguinte dispõe sobre as denúncias e eventual instauração de CPI. Elisangela (FAS) explica que não há assinaturas de parlamentares suficientes para a instauração, informando que o Presidente da FAS se fez presente na Câmara Municipal, ocasião em que respondeu aos questionamentos dos vereadores, expondo todo o trabalho desenvolvido pela FAS, sobretudo no que tange às pessoas em situação de rua, prestando todos os esclarecimentos necessários. Alexandre (Reviver) questiona sobre o número de afastamentos de servidores municipais, que obteve informações que são em torno de 500 afastamentos anuais. Elisangela (FAS) explica que os servidores podem entrar em Licença para Tratamento de Saúde (LTS) por diversos motivos, inclusive para acompanhamento de familiares enfermos, mas que em todo caso os serviços da FAS não ficaram descobertos em função de eventuais afastamentos de servidores para tratamentos pontuais de saúde. Alexandre (Reviver) quer ter acesso à listagem de servidores da FAS. Elisangela (FAS) informa que tais informações estão disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Curitiba. Adriana (CRESS) informa que o CRESS, bem como o SISMUC têm recebido denúncias de servidores municipais dando conta do número insuficiente de servidores, fechamento de CRAS, e que é papel do CIAMP fiscalizar e discutir tais pautas. Elisangela (FAS) assevera que fechamento de CRAS não ocorre há muitos anos, e propõe enviar dados por e-mail antes das reuniões do CIAMP. Érika (CRP) questiona o número elevado de LTS de servidores, e demonstra preocupação com a saúde mental dos servidores que estão trabalhando de forma direta com as pessoas em situação de rua. Elisangela (FAS) explica que há setor de saúde ocupacional na PMC e que todos os servidores têm acesso, que os procedimentos junto ao setor podem ser iniciados tanto pelo servidor quanto pela sua chefia imediata, com ciência do servidor. Rodrigo (PUC) diz que não há dúvida sobre o adoecimento e afastamentos dos servidores da FAS que atuam diretamente com a população em situação de rua, visto que recebem um estigma, citou o vazamento de denúncia do MP para a gestão municipal, que obteve conhecimento da identidade da servidora denunciante sobre as irregularidades ocorridas em unidade que atende adolescentes na Regional do Boqueirão, culminando na transferência da servidora como forma de represália. Rodrigo citou ainda a unidade Casa de Passagem Padre Pio, mencionando que sua localização e condições favorecem a presença de roedores, necessitando um cuidado maior por parte da gestão municipal. Elisangela (FAS) explica que o vídeo que está circulando nas redes sociais não é atual, mas sim do ano de 2022, e que há o cuidado com as unidades no que tange à questão dos roedores e que a equipe do setor de zoonoses trabalha em conjunto para sanar o problema e que a equipe do SISMUC esteve reunida com o Presidente da FAS onde se tratou de pautas de interesse dos servidores, inclusive sobre assédio moral, e que a atual gestão da FAS rechaça qualquer indício de assédio moral. Rodrigo (PUC) assevera que a chefia imediata do servidor é quem pratica o assédio moral, o que ocasiona os afastamentos de servidores. Elisangela (FAS) explica que, sobre o caso da unidade da Regional do Boqueirão, a gestão não obteve conhecimento sobre a identidade de quem denunciou, visto que naquela

ocasião era Supervisora da Regional Matriz e estava a par de todas as informações acerca do caso. Adriana (CRESS) pontua que sendo o vídeo sobre os roedores, datado de 2022, o problema não é atual e questiona quais ações estão sendo efetivadas, visto que, ao que parece, o problema já é antigo. Elisangela (FAS) reitera e elenca as ações que estão sendo efetivadas tais como, que há processo licitatório para a aquisição de camas e beliches, cuja fabricação é inteiramente de metal, inclusive o estrado, o que dificulta a proliferação de pragas, facilitando a higienização e que inclusive já forma adquiridos alguns beliches e camas que estão pendentes de entrega, há também a substituição das paredes construídas em Drywall, por paredes de fibrocimento, que há atuação em conjunto com a equipe de zoonoses, que é realizada a dedetização nas unidades de forma periódica, e que está sendo adquirido o equipamento Vaporetto para realização de esterilização diária dos dormitórios das unidades da FAS. Maria Amélia (SMDH) explica aos presentes que a higienização nas unidades da FAS é realizada de forma contínua, diariamente e é de excelente qualidade, mas que os percevejos são muito resistentes e são eliminados somente com temperaturas acima de 70 graus. Elisangela (FAS) informa aos presentes que a SMS em parceria com a FAS está disponibilizando e aplicando o medicamento antiparasitário de uso tópico, em forma de loção, nas pessoas em situação de rua atendidas pela FAS, como forma de reduzir a incidência de picadas pelos insetos que eventualmente ainda resistam às ações anteriormente elencadas. Rodrigo (PUC) questiona se a roupa dos acolhidos são trocadas e lavadas. Elisangela (FAS) explica que a FAS mantém contrato de serviço de lavanderia que diariamente as roupas de cama, bem como roupas dos acolhidos são coletadas, lavadas e devolvidas à unidade de forma regular. Elisangela convida os membros do CIAMP a visitarem as unidades para conhecer o trabalho. Paulo (Pastoral Povo da Rua) questiona se é permitido ao membro do CIAMP visitar as unidades da FAS que acolhem pessoas em situação de rua. Elisangela (FAS), respondendo ao questionamento de Paulo, diz que é permitido, desde que haja aviso prévio. Patrícia (SMS) informa que haverá atendimento pelo programa “Odonto Móvel” voltado às pessoas em situação de rua, nas dependências da Casa de Passagem Padre Pio. Alexandre (Reviver) informa que faz abordagens na região central de Curitiba e que há relatos das pessoas em situação de rua sobre a dificuldade de acesso ao CAPS que atende a região, CAPS Matriz, o qual está situado no bairro Jardim Social, bairro distante da região central o que tem dificultando o acesso de pessoas em situação de rua que demandam atendimento em saúde mental. Patrícia (SMS) explica que em breve será inaugurado uma CAPS na região central da cidade justamente para atender essa demanda, e que há uma equipe de saúde naquela região para oferecer apoio a essas pessoas. Alexandre (Reviver) questiona se é possível fazer o transporte dessas pessoas até o CAPS Matriz, como veículo da abordagem social. Elisangela (FAS), esclarece que não é possível utilizar o veículo destinado ao serviço de abordagem social, para transporte de pessoas até o CAPS, visto que o serviço de abordagem social é um serviço tipificado e não pode ter desvio de finalidade. Débora (DPE-PR) informa que o CAPS Portão tem absorvido pessoas em situação de rua, inclusive da região central da cidade, em articulação com a FAS. Patrícia (SMS) explica também que é possível que as equipes do Programa Consultório na Rua alimentem vaga de leite de forma eventual, mas que é possível adaptar para alimentar

vaga de leito de forma usual, porém deverá verificar previamente com a coordenação de saúde mental. Érika (CRP) questiona se uma pessoa em situação de rua que possui cadastro num determinado CAPS, poderá acessar qualquer outro CAPS do município. Patrícia (SMS) responde ao questionamento, informando que sim, a pessoa em situação de rua será atendida no CAPS que desejar, ressalvados casos em que a pessoa está acolhida em unidade acolhimento institucional, quando será atendida pela equipe e estrutura de saúde do território onde está situada a unidade de acolhimento institucional da FAS. Passando para a próxima pauta, Rodrigo (PUC) falou sobre o Grupo de Trabalho, no formato de workshop, com 2 encontros de 90 minutos cada, com foco no formato das comissões, pois já está em contato com a palestrante a qual já se dispôs a realizar o evento, ficando pendente apenas as datas. Elisangela (FAS) propõe que se verifique junto à palestrante, a possibilidade de se realizar na última semana do mês, de modo que todos os presentes concordaram com a proposta. Rodrigo (PUC) informou que em 13/04/2026, participará de reunião com médico psiquiatra do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, Dr. Marcelo Kimati Dias, para planejar para o mês de maio de 2026 uma palestra no âmbito do CIAMP com o objetivo de esclarecer pontos ainda obscuros sobre a internação involuntária, com foco em novas abordagens do ponto de vista psiquiátrico. Érika (CRP) propõe que um psicólogo também participe do evento de modo expor o ponto de vista da psicologia acerca do tema da internação involuntária. Para a próxima pauta, Elisangela (FAS) tratou do que dispõe o regimento interno sobre a criação da Comissão de Ética no âmbito do CIAMP, bem como sobre as questões que envolvem o processo de eleição para aumentar o número de membros de 12 para 14, de modo que ficou estabelecido que o secretariado do CIAMP após analisar os documentos e normativas acerca do tema informará os detalhes dos procedimentos para a coordenação do CIAMP, ficando combinado com os presentes que na próxima reunião será retomada a discussão sobre a criação da Comissão de Ética no âmbito do CIAMP. Erika (CRP) indaga se a próxima reunião será no espaço do CRP, Elisangela (FAS) explica sobre a dificuldade de agenda junto ao auditório do Mercado Municipal, mas que fará contato com a pasta responsável para verificar a possibilidade de agendar o espaço para próxima reunião do CIAMP. Por fim, sem mais para o momento, Elisangela (FAS) encerrou a reunião, às 16:15h.